

ACEF/1112/05342 — Decisão do CA

Decisão do Conselho de Administração após Parecer da Instituição

1. Tendo recebido o Relatório Final de Avaliação/Acreditação elaborado pela Comissão de Avaliação Externa relativamente ao ciclo de estudos Gestão
2. conferente do grau de Licenciado
3. a ser leccionado na unidade orgânica (faculdade, escola, instituto, etc.) Departamento de Ciências Económicas e Empresariais (UPIDH)
4. da instituição de ensino superior / entidade instituidora Universidade Portucalense Infante D. Henrique
5. O Conselho de Administração da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, na sua reunião de 2014/02/27
6. decide: Acreditar com condições
7. por um período de (em anos): 1
8. Com um número de vagas aprovado: 140
9. Condições (Português):
Condição a cumprir no imediato:
 - Cancelar a oferta da especialização em Gestão Hoteleira, com a eventual submissão da acreditação de um novo ciclo de estudos nessa especialidade;Condição a cumprir no prazo de 1 ano:
 - Reforçar o corpo docente com doutores/especialistas na área fundamental do ciclo de estudos (Gestão).Condição a cumprir no prazo de 3 anos:
 - Incrementar a actividade de investigação e publicação do corpo docente, designadamente na área fundamental do ciclo de estudos.
10. Fundamentação (Português):

O Conselho de Administração decide manter a decisão de acreditar o ciclo de estudos, com condições, por 1 ano, em discordância desfavorável com a fundamentação e recomendação da Comissão de Avaliação Externa, dado que o parecer apresentado pela instituição não veio trazer novos elementos ao processo que justifique que se altere essa decisão.

Com efeito, muito embora a Instituição, contrariando a fundamentação e a recomendação constante do relatório preliminar da CAE, tenha vindo dizer na pronúncia que reforçou o corpo docente especializado, com a contratação de novos docentes doutorados e com o reconhecimento de 4 especialistas, não indicou às respectivas áreas de especialização, não apresentou as fichas curriculares desses novos docentes, como também não evidenciou o processo pelo qual efectuou o reconhecimento desses especialistas.